



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA



Processo Nº 050 Exercício de: 2021

ASSUNTO: Processo Cm nº 050/2021 - Dispõe sobre avaliação
do cumprimento das metas físicas da Prefeitura
Municipal de Jaguariúna - 1º Trimestre de 2021.

Nome: Comissão Mun. Acusato, Sindicato e Contabilidade

AUTUAÇÃO

Aos 08 dias do mês maio de 2021, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Contabilidade e Orçamento



Ofício nº 34/2021 - D.C.O. – SP.

Jaguariúna, 06 de maio de 2021.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Walter Luis Tozzi de Camargo
Câmara dos Vereadores
13.820-000 – Jaguariúna – SP

Assunto: **Audiência de Metas Fiscais**

Senhor Presidente,

Venho através deste, solicitar o agendamento para a Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna referente ao 1º Quadrimestre do ano de 2021, em cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101 de 04 de maio de 2000).

Atenciosamente,

Sissi Helena Roque
Diretora de Contabilidade e Orçamento

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	892
Fls. Nº	081 Livro Nº 041
06/05/21	Damila
	Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE nº 219/2021

Jaguariúna, 10 de maio de 2021

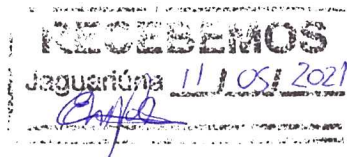
Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise dessa Comissão, Ofício nº 34/2021 da Diretora de Contabilidade e Orçamento, que solicita convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2021, em cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101 de 04 de maio de 2000).

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

Ao Senhor
Vereador Erivelton Marcos Proêncio
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna/SP.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 10 de maio de 2021

Ao

Senhor Afonso Lopes da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Jaguariúna/SP.

Senhor Presidente

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2021, em cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101 de 04 de maio de 2000), se possível na data de *25 de maio de 2021 (terça-feira)*, às *18h00, nesta Casa de Leis.*

Atenciosamente,

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para **a Audiência Pública nº 002/2021, a ocorrer no dia 25 de maio de 2021 (terça-feira), às 18h00, Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:**

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Referida Audiência Pública será transmitida pelos canais da Câmara Municipal <http://www.facebook.com/camarajaguariuna> e <http://www.youtube.com/camarajaguariuna> e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de maio de 2021

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


Creusa Aparecida Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021** da Prefeitura Municipal de Jaguariúna que ocorrerá no próximo **dia 25 de maio de 2021, terça-feira, às 18h00**, na Sala das Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna>

<http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email:

imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO

Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021** da Prefeitura Municipal de Jaguariúna que ocorrerá no próximo dia **25 de maio de 2021, terça-feira, às 18h00**, na Sala das Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna>

<http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email:

imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



PODER LEGISLATIVO DE JAGUARIÚNA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2021, a ocorrer no dia 25 de maio de 2021 (terça-feira), às 18h00, Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

┆ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Referida Audiência Pública será transmitida pelos canais da Câmara Municipal <http://www.facebook.com/camarajaguariuna> e <http://www.youtube.com/camarajaguariuna> e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de maio de 2021

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

Creusa Aparecida Gomes

Diretora Geral

AUDIENCIA PÚBLICA METAS FISCAIS



deise ramos fernandes
Qu: 09/05/2021 08:43
Para: integredasadm@gmail.com; jaguariuna@mp.sp.gov.br; flavia.travaglia@mp.sp.gov.br; silva@gazetaregional.com.br; lucy@gazetaregional.com.br; kat.ec@gazetaregional.com.br; flavia@gazetaregional.com.br; novaserianejafr@uol.com.br; diretorfaj1@faj.br; diretorfaj2@faj.br; secretaria512@sp.gov.br; souza937@gmail.com; eoa@jaguariuna.uol.com.br; ansgottardo@yahoo.com.br; projetoarfeiz123@hotmail.com; atendimento@acjaguariuna.com.br; calsouza1409@gmail.com; sas@jaguariuna.sp.gov.br; fernando.setuo@jaguariuna.sp.gov.br; defesasocia@jaguariuna.sp.gov.br; rodrigo.chaves@jaguariuna.sp.gov.br; secuc@jaguariuna.sp.gov.br; inslanavicentin@jaguariuna.sp.gov.br; rafesela@jaguariuna.sp.gov.br; quracher@jaguariuna.sp.gov.br; febracasantos@gmail.com; obras@jaguariuna.sp.gov.br; flavio@jaguariuna.sp.gov.br; tana@aguariuna.sp.gov.br; tana@aguariuna.sp.gov.br; g.se.evidas@jaguariuna.sp.gov.br; sms.adm@jaguariuna.sp.gov.br; portaldosordinades@hotmail.com; recepcao@ema.de.jaguariuna.net; coordenacao.administrativa@aja.org.br; juridico@jaguariuna.sp.gov.br; patricia.jaguariuna@jaguariuna.sp.gov.br; camilo@gazetaregional.com.br

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021** da Prefeitura Municipal de Jaguariúna que ocorrerá no próximo **dia 25 de maio de 2021, terça-feira, às 18h00**, na Sala das Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

- <http://www.facebook.com/camarajaguariuna>
- <http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 11 de maio de 2021

À senhora

Elisanita Aparecida de Moraes

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaguariúna – SP.

Prezada Senhora

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2021, terça-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade, para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021.

Por estarmos em período de emergência em saúde pública, devido à Pandemia do Coronavírus, informamos que a Audiência Pública acontecerá na Sala das Sessões, porém sem acesso ao público, que poderá participar através dos meios de comunicação existentes nesta Casa de Leis.

Solicitamos que seja reduzido ao máximo a participação dos técnicos dessa Secretaria na referida audiência, desta Casa de Leis: “O atendimento a servidores públicos do Poder Executivo e de outros Poderes assim devidamente identificados, será autorizado com prévia comunicação, e tomadas as medidas sanitárias para o ingresso na Câmara Municipal”.

Desta forma, solicitamos que nos seja informado com antecedência, o número de servidores que participarão e os mesmos portem crachás para a entrada no prédio.

Atenciosamente,

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

13/05/2021

E-mail de Câmara Municipal de Jaguariúna - Metas Fiscais



Daniela de Oliveira <danielaoliveira@camarajaguariuna.sp.gov.br>

Metas Fiscais

2 mensagens

Daniela de Oliveira <danielaoliveira@camarajaguariuna.sp.gov.br>
Para: sec.financas@jaguariuna.sp.gov.br

13 de maio de 2021 09:01

Bom dia!

Segue carta da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convidando a Sra. Elisanita - Secretária de Finanças para explanação das Metas Fiscais.

Obrigada!
Daniela

Por favor, acusar o recebimento.

 **CONVITE SECRETARIA METAS.pdf**
515K

sec.financas@jaguariuna.sp.gov.br <sec.financas@jaguariuna.sp.gov.br>
Para: Daniela de Oliveira <danielaoliveira@camarajaguariuna.sp.gov.br>

13 de maio de 2021 10:03

Carta Recebida

Secretaria de Administração e Finanças

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **CONVITE SECRETARIA METAS.pdf**
515K



PODER LEGISLATIVO DE JAGUARIÚNA

LEI Nº 2.727, de 22 de abril de 2021

(autoria: Vereadores Erivelton Marcos Proêncio – PSD, Walter Luís Tozzi de Camargo – MDB, Rodrigo Reis de Souza – PTB, Francisco de Souza Campos – PTB, Willian Barbosa do Morrinho – PDT, Silvio Luiz Telles de Menezes – CIDADANIA e Ana Paula Espina de Souza Muniz – PDT)

Institui e regulamenta os canais de vendas exercidos nas Atividades Econômicas do Município de Jaguariúna e dá outras providências.

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do § 6º, art. 47 da Lei Orgânica do Município, o seguinte dispositivo da Lei nº 2.727, de 22 de abril de 2021

Art. 1º

Art. 2º

§ 1º

§ 2º

Art. 3º

Art. 4º

Parágrafo único.

Art. 5º

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º. A atividade permite evento aberto ao público, como cultos religiosos, shows musicais, concerto, apresentação teatral, atividade circense, exibição cinematográfica e demais atividades artísticas que envolvam audiovisual onde os espectadores participam presencialmente e devem permanecer obrigatoriamente no interior de veículos.

Art. 6º

Art. 7º

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de maio de 2021.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

Creusa Aparecida Gomes Diretora Geral

.....

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2021, terça-feira, às 18h00, na Sala das Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna>

<http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO

Presidente da Comissão Permanente

de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2021, a ocorrer no dia 25 de maio de 2021 (terça-feira), às 18h00, Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

I Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2021 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Referida Audiência Pública será transmitida pelos canais da Câmara Municipal <http://www.facebook.com/camarajaguariuna> e <http://www.youtube.com/camarajaguariuna> e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de maio de 2021

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

Creusa Aparecida Gomes

Diretora Geral



Daniela de Oliveira <danielaoliveira@camarajaguariuna.sp.gov.br>

Convite Audiência Pública

1 mensagem

Daniela de Oliveira <danielaoliveira@camarajaguariuna.sp.gov.br>

18 de maio de 2021 09:24


Para: afonso23silva@hotmail.com, Vereadora Ana Paula <ver.anapaula@camarajaguariuna.sp.gov.br>, Vereador Ton Proêncio <ver.tonproencio@camarajaguariuna.sp.gov.br>, camposfrancisco999@gmail.com, Vereador Rodriguinho <ver.rodriguinho@camarajaguariuna.sp.gov.br>, "Vereador Dr. Junior" <ver.drjunior@camarajaguariuna.sp.gov.br>, "Ver. Tozzi" <ver.tozzi@camarajaguariuna.sp.gov.br>, Vereador Wilian Morrinho <ver.wilianmorrinho@camarajaguariuna.sp.gov.br>, romilsonpv@yahoo.com.br, ver.silviomenezes@camarajaguariuna.sp.gov.br, Vereador Wanderley <ver.wanderley@camarajaguariuna.sp.gov.br>, andreiajsa1903@gmail.com, "Ver. Zé Muniz" <zé.muniz@camarajaguariuna.sp.gov.br>

Senhores e Senhora:

Encaminhamos o convite de Audiência Pública - Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2021, que será dia 25/05/2021, às 18h.

Att.

Daniela

 **CONVITE METAS.docx**
107K



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 1º QUADRIMESTRE DE 2021, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2021, ÀS 18H, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna> <http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email:

imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br

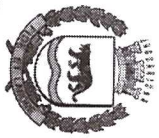
- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz, Vice-Presidente e o Sr. Francisco de Souza Campos, Secretário.
- Destaca a presença da Sra. Secretária Elisanita Aparecida de Moraes, que está ali na Câmara Municipal para fazer a apresentação das Metas Fiscais;
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - A Representante da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - Os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e trélicas;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 1º QUADRIMESTRE/2021

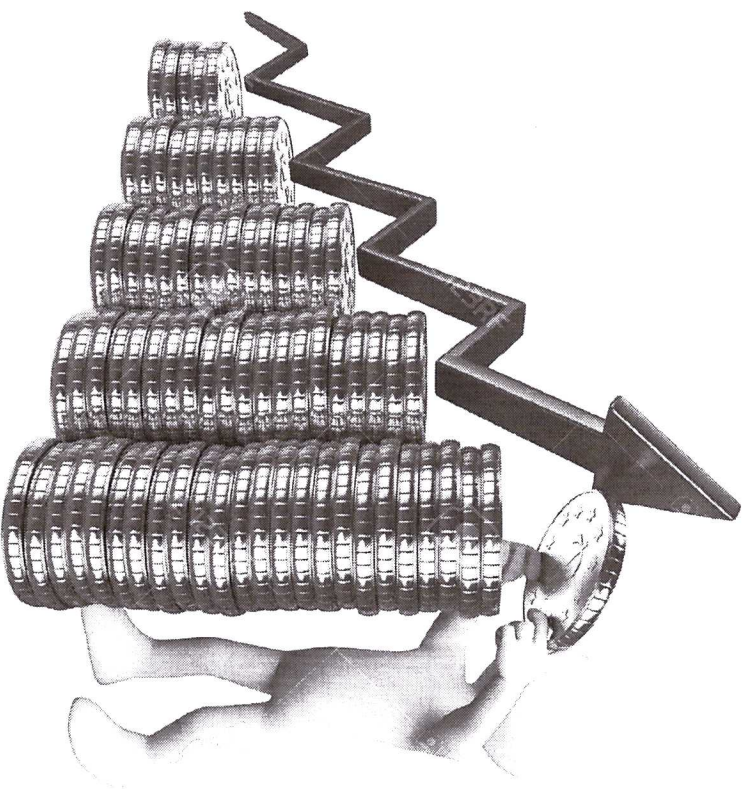
- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

-
- Palavras do Sr. Presidente.
 - Encerramento da Audiência Pública.
 - Secretaria da Câmara Municipal, 25 de maio de 2021

Creusa Aparecida Gomes
Diretora Geral



Prefeitura do Município de Jaguarúna



Audiência Pública

Metas Fiscais

1º Quadrimestre 2021

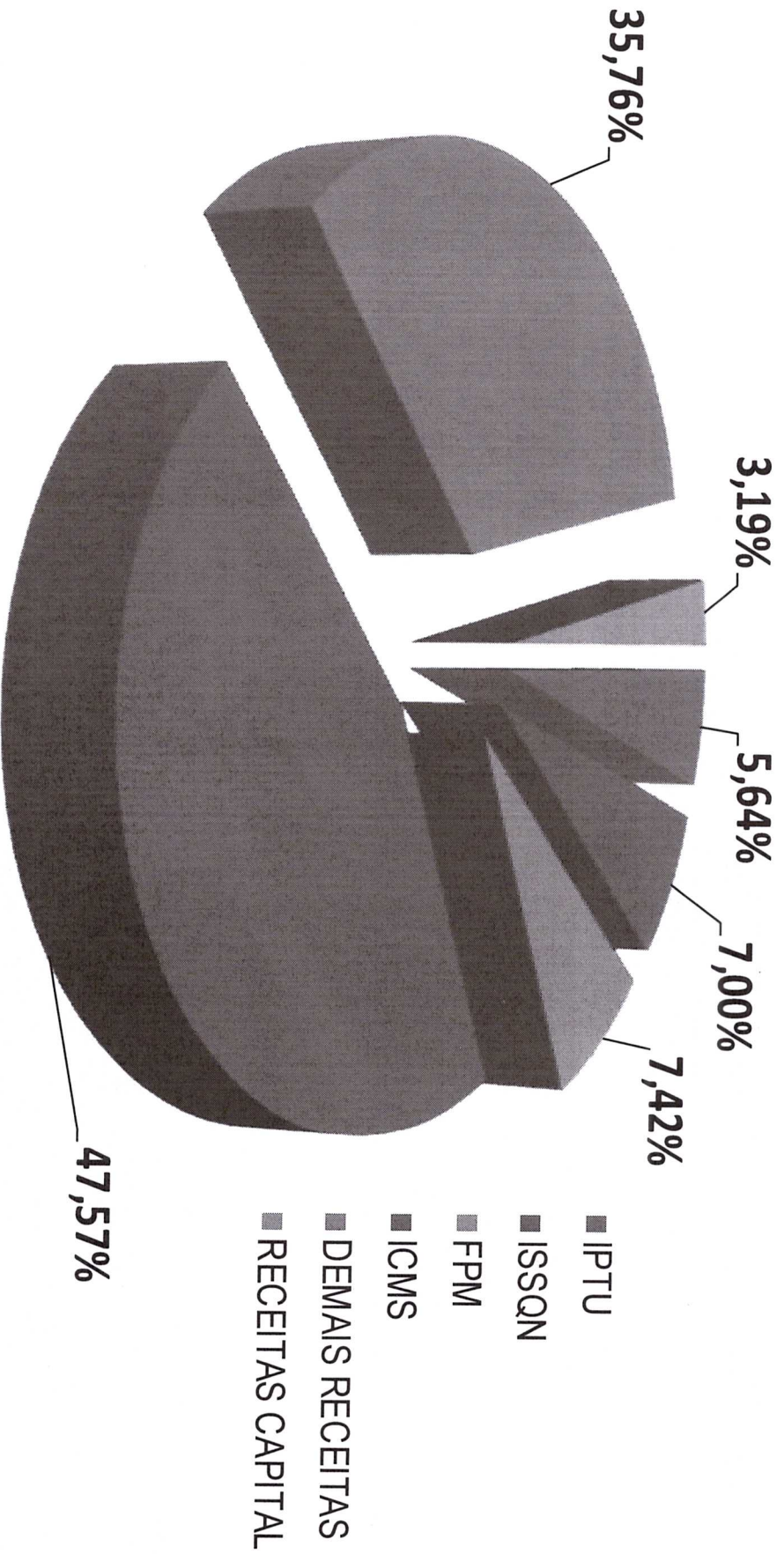


Receitas 2021

RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		1º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 499.225.050,00	R\$ 183.716.432,59	36,80 %
IPTU	R\$ 17.660.000,00	R\$ 10.028.037,65	56,78 %
ISSQN	R\$ 37.495.000,00	R\$ 12.441.164,90	33,18 %
FPM	R\$ 33.680.000,00	R\$ 13.188.468,62	39,16 %
ICMS	R\$ 236.800.000,00	R\$ 84.521.628,26	35,69 %
Demais Receitas Correntes	R\$ 173.590.050,00	R\$ 63.537.133,16	36,60 %
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM, IPI, ITR,IPVA)	-R\$ 56.820.000,00	-R\$ 21.628.549,59	38,06 %
Receitas Intra orçamentárias	R\$22.560.000,00	R\$ 9.900.781,86	43,88%
Receitas de Capital	R\$ 11.534.950,00	R\$ 5.675.156,89	49,19 %
Transferências de Convênios	R\$ 6.234.950,00	R\$ 675.156,89	10,82 %
Alienação de Bens	R\$ 2.300.000,00	R\$ 0,00	0,00 %
Operações de Crédito	R\$ 3.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	166,66 %
TOTAL	R\$ 476.500.000,00	R\$ 177.663.821,75	37,28%



Receitas 2021





Arrecadação ICMS 2021

Mês	Valor Bruto	Dedução de 20%	Valor Líquido
Janeiro	R\$ 20.932.885,58	R\$ 4.186.577,09	R\$ 16.746.308,49
Fevereiro	R\$ 13.753.121,81	R\$ 2.750.624,34	R\$ 11.002.497,47
Março	R\$ 31.791.011,60	R\$ 6.358.202,31	R\$ 25.432.809,29
Abril	R\$ 18.044.609,27	R\$ 3.608.921,83	R\$ 14.435.687,44
Total	R\$ 84.521.628,26	R\$ 16.904.325,57	R\$ 67.617.302,69



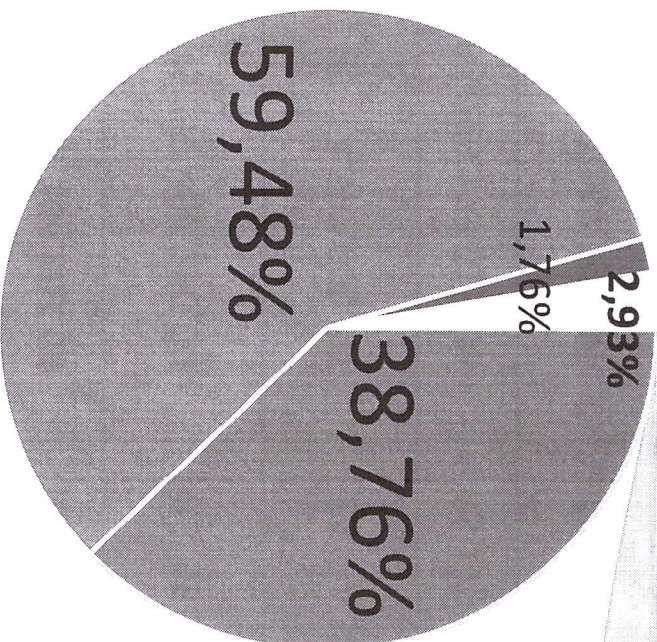
Despesas 2021

DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		EMPENHADO	LIQUIDADO
Despesas Correntes	R\$ 400.204.805,00	R\$ 235.951.895,84	R\$ 142.910.084,65
Pessoal e Encargos - Poder Executivo	R\$ 172.439.190,00	R\$ 55.306.521,35	R\$ 54.998.771,48
Pessoal e Encargos - Poder Legislativo	R\$ 4.592.000,00	R\$ 1.384.934,11	R\$ 1.384.934,11
Outras Despesas Correntes	R\$ 223.173.615,00	R\$ 179.260.440,38	R\$ 86.526.379,06
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 14.152.790,00	R\$ 4.259.647,05	R\$ 4.259.647,05
Despesas de Capital	R\$ 26.747.185,00	R\$ 7.096.509,30	R\$ 2.562.193,33
Reserva de Contingência	R\$ 49.548.010,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 476.500.000,00	R\$ 243.048.405,14	R\$ 145.472.277,98

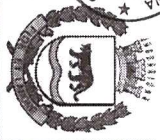


Despesas 2021

Despesas



- PESSOAL E ENCARGOS
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- DESPESAS DE CAPITAL
- Despesas Intraorçamentárias



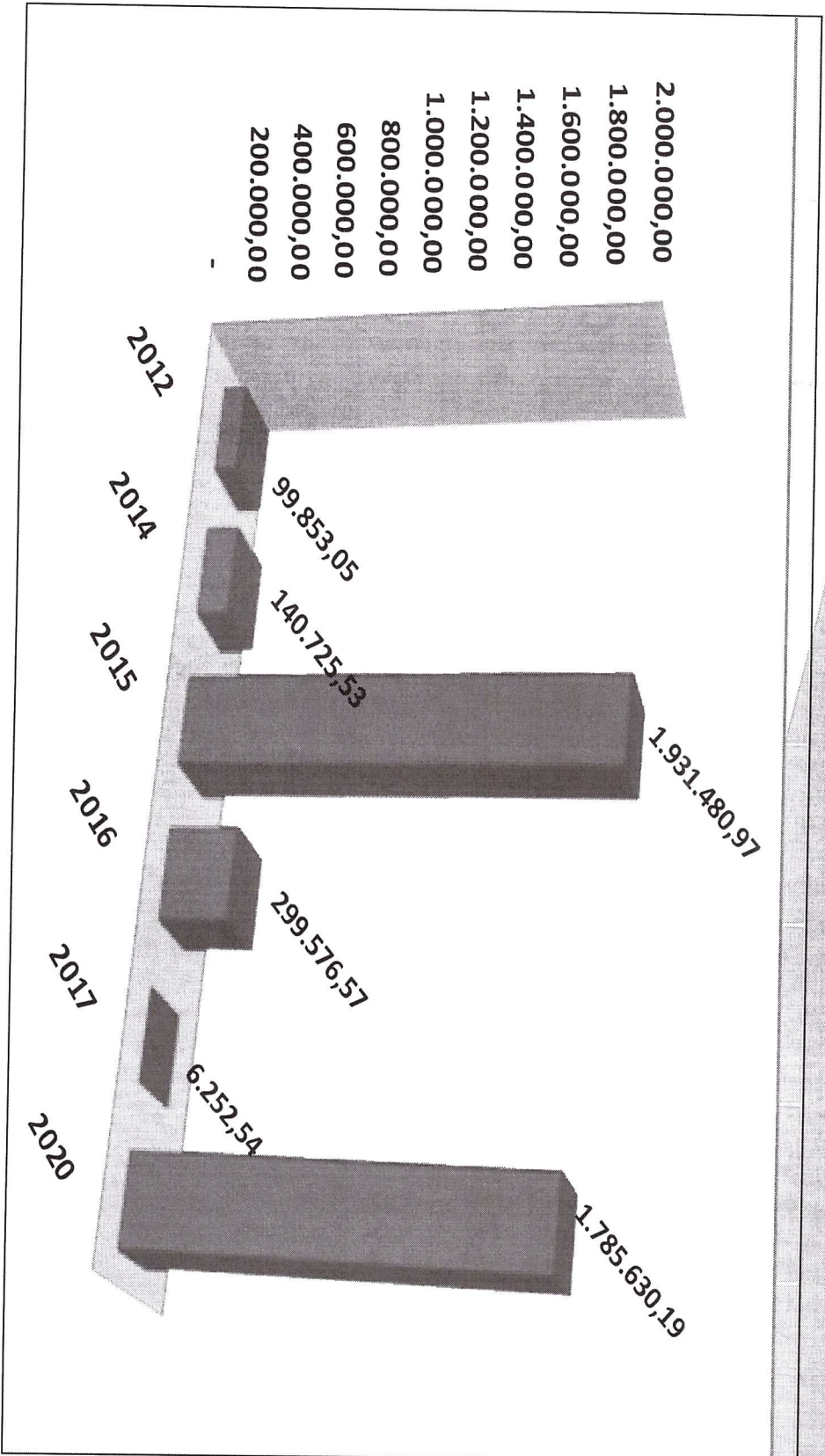
Restos a Pagar - Resumo

SALDO A PAGAR

2012	R\$ 99.853,05
2014	R\$ 140.725,53
2015	R\$ 1.931.480,97
2016	R\$ 299.576,57
2017	R\$ 6.252,54
2020	R\$ 1.785.630,19
TOTAL	R\$ 4.263.518,85



Restos a Pagar





DÍVIDA CONSOLIDADA

2021

1°

QUADRIMESTRE

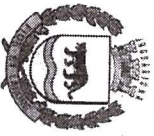
2°

QUADRIMESTRE

3°

QUADRIMESTRE

R\$ 31.672.785,86



DÍVIDA CONSOLIDADA

Detalhamento

Descrição	Valor
JaguarPrev – Acordo 767/2016	R\$ 974.510,95
Jaguarprev – Acordo 237/2021	R\$ 7.526.532,49
Desenvolve SP	R\$ 8.182.196,27
INSS	R\$ 843.975,17
Fornecedores	R\$ 9.004.281,02
Finisa	R\$ 5.141.289,96
Total	R\$ 31.672.785,86



020



Receita Corrente Líquida

2021

2021	
(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 484.522.219,56
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 8.848.027,00
(C) FUNDEB	R\$ 55.869.479,84
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)	R\$ 419.804.712,72



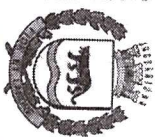
Aplicações

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	R\$ 419.804.712,72
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 153.786.859,10
PORCENTAGEM RELAÇÃO R.C.L	36,63%



Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 29.640.045,41
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 13.191.892,31
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 94.950.405,98
TOTAL	R\$ 137.782.343,70



Aplicação na Educação

Recursos Tesouro

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(A) Receita de impostos	R\$ 137.782.343,70
(B) Total Empenhos Liquidados	R\$ 16.363.928,70
(C) Valor retido FUNDEB	R\$ 21.628.549,59
(D) Total Aplicado (B+C)	R\$ 37.992.478,29
(E) Porcentagem Aplicação (D / A)	27,57 %
(F) Mínimo Constitucional 25%	R\$ 34.445.585,93
(G) Diferença a maior	R\$ 3.546.892,36



22

Aplicação FUNDEB

Despesas Liquidadas

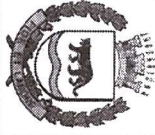
APLICAÇÃO FUNDEB

(A) Valor recebido	R\$ 17.987.374,42	
(B) Rendimentos	R\$ 8.138,62	
(C) Total (A + B)	R\$ 17.995.513,04	
(D) Total liquidado	R\$ 14.326.711,27	79,61 %
(E) Aplicação Magistério Liquidado (70%)	R\$ 14.326.711,27	79,61 %
(F) Outros Liquidado (30%)	R\$ 0,00	0,00 %



ARRECADADAÇÃO FUNDEB

Mês / ano 2021	Valor
Janeiro	R\$ 5.373.914,49
Fevereiro	R\$ 3.236.462,48
Março	R\$ 6.018.572,62
Abril	R\$ 3.358.424,83
TOTAL	R\$ 17.987.374,42



Aplicação na Saúde

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 137.782.343,70
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 16.109.318,14
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 28.938.872,19
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 6.276.903,23
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 38.771.287,10
(F) Porcentagem Aplicação	28,13%
(G) Mínimo Constitucional 15%	R\$ 20.667.351,55
(H) Diferença a maior	R\$ 18.103.935,55



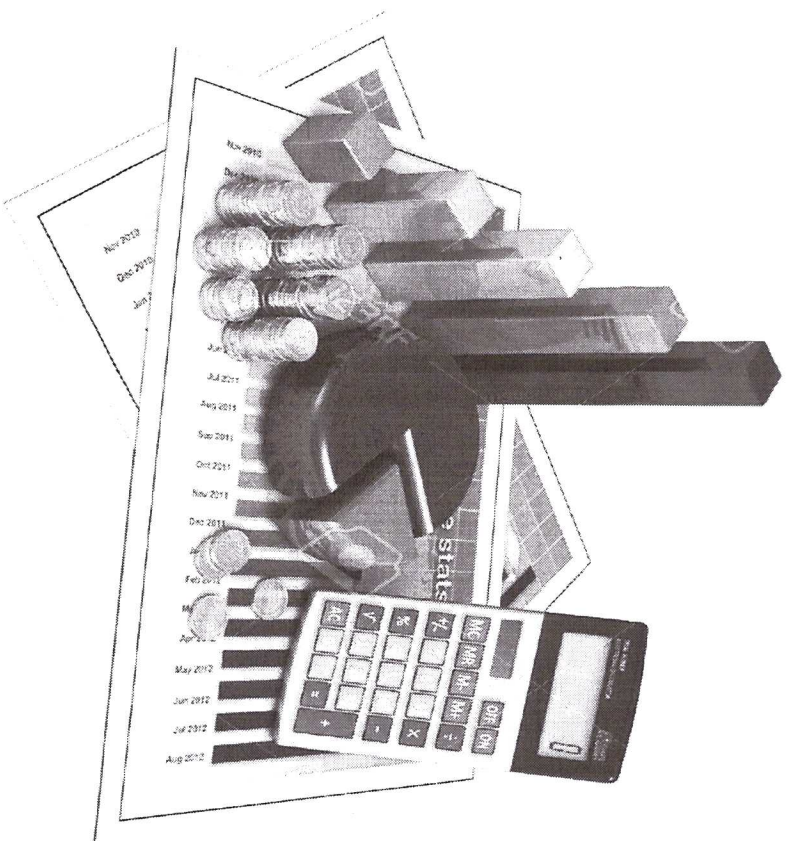
Aplicação na Saúde

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 137.782.343,70
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 16.109.318,14
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 28.938.872,19
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 6.276.903,23
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 38.771.287,10
(F) Porcentagem Aplicação	28,13%
(G) Mínimo Constitucional 15%	R\$ 20.667.351,55
(H) Diferença a maior	R\$ 18.103.935,55



Prefeitura do Município de Jaguaruína



Marcio Gustavo B. Reis
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Secretária de Administração e Finanças

OBRIGADA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de dois mil e vinte e um, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 003/2021, datado de 11 de maio de 2021, realizada no dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Vice-Presidente Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes. Secretários Srs. Ana Paula Espina de Souza Muniz e Cristiano José Cecon. Presentes na Câmara Municipal os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Ana Paula Espina de Souza Muniz, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, José Muniz, Silvio Luiz Telles de Menezes, Wilian Barbosa do Morrinho e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Cristiano José Cecon, Rodrigo Reis de Souza, Romilson Nascimento Silva, e Wanderley Teodoro Filho. Presente, também, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa, e ainda presentes os Srs. Valdir Antonio Parisi, Secretário Municipal de Governo, Fernando Alberto Moraes, Diretor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Administração e Finanças. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, treze pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Afonso Lopes da Silva, cumprimentou a todos, dizendo que estavam ali reunidos para realizar a Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e um, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei nº 101, e que aquela Audiência Pública, no ponto de vista da transparência, era muito importante para o Município e que ele sabia que a maioria das Prefeituras estavam muito preocupadas com a questão da pandemia, com gastos com a saúde e era bom estar avaliando como estava o Município em relação, principalmente, a questão daqueles gastos; deu, naquele momento, a abertura oficial à Audiência Pública, passando os trabalhos para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Erivelton Marcos Proêncio; desejou boa noite e um bom trabalho para todos; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão Erivelton Marcos Proêncio cumprimentou a todos que seguiam pelas redes sociais, aos Vereadores presentes, aos funcionários daquela Casa e, ressaltou a importância daquela Audiência Pública para um assunto tão importante que tratava da saúde financeira do Município; destacou a presença da Secretária Elisanita Aparecida de Moraes e os demais membros da Comissão; a seguir convidou a Secretária de Finanças e os Vereadores que eram membros daquela Comissão a Ana Paula Espina de Souza Muniz que era a Vice-Presidente e o Francisco de Souza Campos que era o Secretário; disse que,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



diante do artigo dois, sete, um, do Regimento Interno, ficava para a Representante da Secretaria de Administração e Finanças vinte minutos para fazer a apresentação podendo ser prorrogado aquele prazo por aquela Mesa; e para os senhores Vereadores conforme artigo dois, sete, um, poderiam usar a palavra por cinco minutos para falar, estritamente, do assunto exposto e o interpelado teria o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e trélicas, pelo mesmo prazo de cinco minutos; pediu aos nobres colega para que pudessem seguir ao máximo o Regimento Interno para que pudessem ter uma Audiência Pública produtiva para que o cidadão conseguisse esclarecer todas as dúvidas e que pudessem tirar proveito daquele momento que estavam juntos; a seguir passou a palavra a Secretária de Finanças; com a palavra a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças que cumprimentou a todos e disse que iria fazer a apresentação da Audiência Pública do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e um, em cumprimento ao determinado no art. 9º do § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; e começou sua explanação dizendo que tinham uma Receita Corrente no primeiro quadrimestre, o valor previsto, era quatrocentos e noventa e nove milhões, duzentos vinte e cinco mil, no primeiro quadrimestre o arrecadado foi de cento e oitenta e três milhões, setecentos e dezesseis mil e que significava, trinta e seis vírgula oito por cento da arrecadação; dentro das Receitas Correntes tinha o IPTU, o previsto era dezessete milhões, seiscentos e sessenta, arrecadado dez milhões e vinte e oito mil, cinquenta e seis vírgula setenta e oito por cento, lembrando que a primeira parcela receberam em fevereiro; ISSQN, trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e cinco, era o previsto, arrecadado doze milhões, quatrocentos e quarenta e um, representando trinta e três vírgula dezoito por cento; FPM, trinta e três milhões seiscentos e oitenta mil, arrecadado treze milhões cento e oitenta e oito mil, que significava trinta e nove vírgula dezesseis por cento; ICMS, duzentos e trinta e seis milhões e oitocentos mil, foi arrecadado oitenta e quatro milhões quinhentos e vinte e um mil, representando trinta e cinco vírgula sessenta e nove por cento; Demais Receitas Correntes, cento e setenta e três milhões, quinhentos e noventa mil, foi arrecadado sessenta e três milhões quinhentos, trinta e sete mil, representando trinta e seis vírgula seis por cento; Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR e IPVA) vinte por cento que era retido para o FUNDEB, menos cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte mil, o valor previsto era de vinte e um milhões, seiscentos e vinte e oito mil foi o que aconteceu, representando trinta e oito zero vírgula seis por cento; Receitas Intra orçamentárias, previsto vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta mil, arrecadado nove milhões e novecentos mil, representando quarenta e três vírgula oitenta e oito por cento; Receita de Capital onze milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, era o valor previsto, arrecadado cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, representando quarenta e nove vírgula dezenove por cento; Transferências de Convênios, seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, arrecadado seiscentos e setenta e cinco mil, representando dez vírgula oitenta e dois; Operações de Crédito no caso a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



previsão de três milhões era do FINISA porque no ano passado viriam doze milhões e foram previstos só três milhões mas, como aconteceu muito pouco ano passado do FINISA, tinha vindo naquele ano cinco milhões, representando cento e sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento; Total previsto, ela disse que estavam falando de números do Município, quatrocentos e setenta e seis milhões, quinhentos mil, era o orçamento do Município de Jaguariúna de dois mil e vinte e um, arrecadado cento e setenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e três mil, representando trinta e sete vírgula vinte e oito por cento; dando sequência eles tinham um gráfico e que a maior arrecadação era o ICMS que compreendia quarenta e sete vírgula cinquenta e sete por cento, seguido do IPTU de trinta e cinco vírgula setenta e seis por cento; arrecadação do ICMS, no mês de janeiro vinte milhões, novecentos e trinta e dois mil, a de dedução de vinte por cento que iria para o FUNDEB, o valor líquido dezesseis milhões, setecentos e quarenta e seis mil; fevereiro, valor líquido onze milhões e dois mil; março, vinte e cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e, mês de abril, catorze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil; Total arrecadado líquido de sessenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil; Despesas Correntes, valor previsto, quatrocentos milhões, duzentos e quatro mil, foram empenhados duzentos e trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e um mil, foram liquidados cento e quarenta e dois milhões, novecentos e dez mil; a Secretária disse que trabalhavam mais com os valores liquidados porque empenhavam todos os contratos, na totalidade, depois iriam executando e iriam recebendo a nota ou liquidando, mensalmente; Pessoal e Encargos – Poder Executivo, previsto cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, empenhados cinquenta e cinco milhões, trezentos e seis mil, liquidados cinquenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil; Pessoal e Encargos – Poder Legislativo, quatro milhões, quinhentos e noventa e dois mil era valor previsto, o executado um milhão, trezentos e oitenta e quatro mil e que o empenhado e liquidado da Câmara eram iguais; Outras Despesas Correntes, previsto duzentos e vinte e três milhões, cento e setenta e três mil, empenhados cento e setenta e nove milhões, duzentos e sessenta mil, liquidados oitenta e seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil; Despesas Intraorçamentárias, previsto catorze milhões, cento e cinquenta e dois mil, empenhado e liquidado, quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil; Despesas de Capital, previsto vinte e seis milhões, setecentos e quarenta e sete mil, empenhados sete milhões e noventa e seis mil e, liquidados dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil; Reserva de Contingência, quarenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, e que aqueles valores eram da JaguarPrev e da Prefeitura junto e que não era executado naquela dotação; o valor previsto total era de quatrocentos e setenta e seis milhões e quinhentos mil, empenhados duzentos e quarenta e três milhões e quarenta e oito mil, e liquidado cento e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e dois mil; na sequência tinha um gráfico de Outras Despesas Correntes de cinquenta e nove vírgula quarenta e oito por cento e que estavam falando da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Despesa Liquidada e Despesa com Pessoal, no valor total das Despesas, trinta e oito vírgula setenta e seis por cento; Restos a Pagar e que tinham um Saldo de Restos a Pagar ainda, no ano de dois mil e doze, no valor de noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e três; no ano de dois mil e catorze, no valor de cento e quarenta mil, setecentos e vinte e cinco; no ano de dois mil e quinze, no valor de um milhão, novecentos e trinta e um mil; no ano de dois mil e dezesseis, no valor de duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e seis; no ano de dois mil e dezessete, no valor de seis mil, duzentos e cinquenta e dois; no ano de dois mil e vinte, no valor de um milhão, setecentos e oitenta e cinco, compreendendo o total de quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil; a Secretária disse que valia a pena falar que de dois mil e doze a dois mil e quinze eram processos judiciais por isso, que fizeram um pente fino em todos os Restos a Pagar e foram encaminhadas para as Secretarias e, que algumas ainda estavam devolvendo de dois mil e dezesseis, devolvendo que o serviço foi executado e que o material foi entregue e que eles estavam liquidando e pagando; dois mil e dezessete era uma rescisão de um funcionário que tinha falecido e que precisava do alvará para conseguir resgatar aquele valor e, que de dois mil e vinte, eram todos os Convênios; foi mostrado lá, graficamente, os Restos a Pagar; próximo quadro tinha a Dívida Consolidada no primeiro quadrimestre, trinta e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil; Detalhada, JaguarPrev, novecentos e setenta e quatro mil era o parcelamento que tinham, no momento, que começou em dois mil e dezesseis e que iriam terminar em novembro de dois mil e vinte e um; JaguarPrev – Acordo novo era de sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil que iriam terminar de pagar em maio de dois mil e vinte e quatro; Desenvolve SP, oito milhões, cento e oitenta e dois mil; INSS, oitocentos e quarenta e três mil; Fornecedores, nove milhões e quatro mil; FINISA, cinco milhões, cento e quarenta e um mil sendo que cinco milhões vieram nesse ano; totalizando trinta e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil; Receita Corrente Líquida – Receitas Correntes, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil; Plano Previdenciário, oito milhões, oitocentos e quarenta e oito mil; dedução do FUNDEB, cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil; Receita Corrente Líquida, quatrocentos e dezenove milhões, oitocentos e quatro mil; Despesa com Pessoal, cento e cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil, que significava trinta e seis vírgula sessenta e três por cento; Receitas de Imposto e Transferências – Impostos Municipais, vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta mil; Transferências da União, treze milhões, cento e noventa e um mil; Transferência do Estado, noventa e quatro milhões, novecentos e cinquenta; Totalizando, cento e trinta e sete milhões, setecentos e oitenta e oito mil; Aplicação na Educação – Receita de Impostos, cento e trinta e sete milhões, setecentos e oitenta e dois mil; Total de Empenhos Liquidados, dezesseis milhões, trezentos e sessenta e três mil; Valor retido do FUNDEB, vinte e um milhões, seiscentos e vinte e oito mil; totalizando, trinta e sete milhões, novecentos e noventa e dois mil e com uma aplicação de vinte e sete vírgula



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cinquenta e sete por cento; Mínimo Constitucional, vinte e cinco por cento que seria trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, então aplicaram a Maior três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, naquele primeiro quadrimestre; FUNDEB – valor recebido, dezessete milhões, novecentos e oitenta e sete mil; Rendimentos de aplicações, oito mil, cento e trinta e oito; totalizando, dezessete milhões, novecentos e noventa e cinco mil; valor total liquidado, catorze milhões, trezentos e vinte e seis mil; setenta e nove vírgula sessenta e um por cento; a Sra. Secretária disse que, no momento, o FUNDEB mudou naquele ano e, ao invés de ser sessenta, era de setenta por cento, o mínimo, foi aplicado setenta e nove vírgula sessenta e um por cento porque estavam empenhando no FUNDEB, o valor do FUNDEB arrecadado não dava para cobrir o total da folha de pagamento então, empenharam somente os vencimentos, os encargos todos eram empenhados nos vinte e cinco por cento; Arrecadação do FUNDEB, naquele ano tinha aumentado e que no ano passado ela mostrou, realmente, a caída da arrecadação do FUNDEB e que em janeiro foi de cinco milhões, trezentos e setenta e três mil; fevereiro, três milhões, duzentos e trinta e seis mil; março, seis milhões e dezoito mil; abril, três milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, totalizando, dezessete milhões, novecentos e oitenta e sete mil; Aplicação na Saúde – Receitas de Impostos eram os mesmos cento e trinta e sete milhões, setecentos e oitenta e dois mil; Empenhos Liquidados, dezesseis milhões, cento e nove mil; Empenhos Liquidados da ASAMAS, vinte e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil e, por conta da COVID eles fizeram um aditamento alto; Auxílios e Transferência, seis milhões, duzentos e setenta e seis mil; Total aplicado, trinta e oito milhões, setecentos e setenta e um mil, vinte e oito vírgula treze por cento, sendo o Mínimo de quinze por cento, o Constitucional, e vinte milhões, seiscentos e sessenta e sete que seria o mínimo; aplicado a Maior, dezoito milhões e cento e três mil; a seguir, o senhor Presidente disse que, feita a apresentação dos dados e dos números, ele gostaria de abrir para as perguntas dos nobres colegas por ordem; pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou o Presidente da Comissão Vereador Erivelton Marcos Proêncio, os membros da Comissão e a Secretária Elisanita e que era um prazer recebê-la naquela noite para discutir um assunto tão importante da Administração e da cidade e, diante dos números apresentados ele gostaria e que até elaborou algumas questões para apresentar a ela e que eram cinco questões e ele perguntou a Secretária se queria que ele fizesse, gradualmente, e conforme as respostas o que for melhor e a Sra. Elisanita disse que era melhor; então o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo começou dizendo que iria unir duas em uma para tentar ser mais prático e pediu a Secretária uma explicação, um demonstrativo do cenário e do movimento do ICMS e do ISS nos últimos doze meses, do Município de Jaguariúna; com a palavra a Sra. Secretária dizendo que o ICMS, até o mês de fevereiro, deu um susto muito grande neles, quando arrecadaram onze milhões, era menos do que o menor ICMS de dois mil e vinte, e que dois mil e dezenove foi arrecadado cento e sessenta e um milhões e, dois mil e vinte

le

Erivelton
Jsc



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



arrecadaram nem dois milhões a mais e, realmente, assustou e que depois se recuperou no mês de março por quê?, porquê no mês de abril deixaram de repassar o último ICMS, então quando veio, na realidade, o repasse era por volta de sete, oito milhões e foi repassado dois milhões, só que depois recuperaram, passaram dois ICMS grandes no mês de março e que foi o primeiro e o último, tanto era que viram uma diferença de onze milhões líquidos para vinte e cinco milhões; então apavoraram e, em fevereiro, ela veio logo em seguida fazer a Audiência Pública e, realmente, o cenário estava muito ruim e, depois, graças a Deus, melhorou; na questão do ISS, também, e ela tinha os números, inclusive da dívida ativa que também melhorou a arrecadação e que o ISS vinha seguindo e era aquele que recebiam homogêneo durante o exercício, diferente do IPTU que recebiam a parcela à vista em fevereiro; então no ICMS arrecadaram trinta e três vírgula dezoito por cento do valor previsto, então, realmente iriam atingir a arrecadação e que sentiram uma queda gradativa no ISS e mesmo o ISS fixo, eles prorrogaram para três meses e que abril foi, na realidade, o primeiro mês que não receberam mas, não sentiram ainda a diferença, disse ainda se analisar no contexto todo da arrecadação onde se via trinta e sete vírgula vinte e oito por cento, o ICMS trinta e cinco vírgula sessenta e nove, então iriam chegar na arrecadação; então o que realmente foi previsto iria estar dentro do acontecido; e que era interessante o número da dívida ativa e, no momento, tinham um estoque de dívida ativa de cento e trinta milhões, seiscentos e vinte e três mil; dois mil e vinte, no mesmo período arrecadaram um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil; em dois mil e vinte e um foi arrecado três milhões e oitenta mil, quer dizer, não fizeram a lei ainda, a lei que veio para a Câmara e que não fizeram ainda e que tiveram um aumento de sessenta e seis por cento, então aquilo era muito importante; a Secretária queria mostrar, também, para eles a evolução da arrecadação do IPTU à vista; disse que em dois mil e vinte arrecadaram, a quantidade de imóveis que arrecadaram à vista foi de oito mil quinhentos e noventa e dois; em dois mil e vinte e um foi de dez mil oitocentos e quarenta e dois; a cota única foi de trinta e um vírgula dezanove por cento a mais, então aquilo, realmente, era significativo para eles, entendiam que era o trabalho deles na questão da cobrança e que não estavam, no momento, executando judicialmente mas, ela achava que as pessoas entendiam o trabalho sério que estava sendo executado e elas aproveitavam o desconto que eram os mesmos dez por cento do ano passado e os trinta e um por cento foi, realmente, bem significativo para eles e que a quantidade de móveis foi de vinte e seis vírgula dezanove por cento e, em valores foi de trinta e um vírgula dezanove por cento; naquele momento pediu a palavra o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior dizendo que queria de fazer uma observação e disse a Secretária que ela estava com os dados muito otimistas para aquele ano daí a Secretária disse, sim; voltando a fala ele fez uma pergunta porque era a primeira vez que ele estava seguindo, mês a mês o Orçamento e viam que no primeiro quadrimestre já foi arrecadado trinta e seis, trinta e sete por cento, ou mais, do previsto; naquele momento a Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



disse que era trinta e sete vírgula oito por cento e indicou que estava na parte mais baixa, em amarelo, na última linha do quadro; o senhor José Alaercio disse que estava perfeito e perguntou se aquilo se mantinha no ano ou tinha uma queda durante o ano; a senhora Elisanita disse que, na realidade, tinha uma queda e, no momento, tinha o IPTU à vista que foi arrecadado dentro do valor do IPTU de dez milhões e vinte e oito, arrecadado, só à vista arrecadaram nove milhões, noventa e quatro mil e que daqueles nove milhões, agora, tinha caído e iria arrecadar um pouco por mês, então caiu a arrecadação do IPTU que arrecadaram cinquenta e seis por cento e caiu, também, a arrecadação do IPVA que estava nas Demais Receitas Correntes porque eram as parcelas de IPVA, janeiro, fevereiro e março e as Demais Receitas seguiam; o ICMS dava uma caída e que o ISS ele estavam bem otimista que ele iria se manter e que estavam bem pessimista, no começo do ano, e no momento, estavam felizes e que aquele resultado era consolidado e ela acabou não falando o resultado da Prefeitura e que a arrecadação foi de cento e sessenta e quatro milhões, cento e vinte e sete mil; cento e quarenta e dois milhões, duzentos e trinta e nove mil foi o liquidado de Despesas e mais um milhão, novecentos e sessenta que foi repassado para a Câmara e que fecharam o quadrimestre com dezenove milhões, novecentos e vinte e oito mil positivo, doze vírgula catorze por cento de superávit; então, realmente, tiveram aditamento da COVID para o hospital e que, apesar o décimo terceiro seria agora, no segundo quadrimestre; naquele momento pediu a palavra o senhor Francisco de Souza Campos perguntando se dezenove milhões era considerando as deduções da Receitas de IRPPS?; a Secretária disse que sim, era só da Prefeitura, só Prefeitura era de dezenove milhões, novecentos e vinte e oito mil e que aquele valor era consolidado; daí o Vereador perguntou se ela considerava como Despesa Liquidada; ela disse Despesa Liquidada porque no empenhado ela tinha todos os contratos, deu um exemplo, tinha um contrato de locação e que empenhou, anualmente, o contrato da ASAMAS era de sessenta e três milhões, ele já estava empenhado mas, iria liquidando cinco milhões, duzentos e cinquenta por mês; pediu novamente a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que condensou duas perguntas em uma que foi ISS e ICMS e que foi percebido pelo demonstrativo da Secretária que se mantinha numa estabilidade de normalidade, ambos, mesmo tendo uma variável dentro dos quatro meses; a Secretária disse que esperavam que seguisse com a mesma proporção; voltando a palavra o senhor Walter disse que a próxima pergunta era quais os setores da Administração tiveram um aumento de Despesas nos últimos quatro meses, quais Secretarias e quais serviços tiveram aumento de Despesas em virtude da pandemia?; com a palavra a senhora Elisanita dizendo que a Saúde, com certeza, de janeiro a abril fizeram o aditamento com o hospital por conta da COVID de cinco milhões, novecentos e quarenta mil, repassados ela tinha o número de maio, mais três milhões, então fecharam oito milhões, novecentos e oitenta e seis mil, até momento, e teriam que fazer ainda porque não terminou a pandemia ainda, então teria que fazer mais

u

7



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



um aditamento porque o que foi feito os valores eram até trinta e um de maio, então iriam fazer mais um aditamento; naquele momento o Vereador José Muniz perguntou se o valor de dois milhões era mensal e a Secretária disse que não, oito milhões até abril que era do quadrimestre que estavam falando de cinco milhões, novecentos e quarenta mil só de aditamento por conta da COVID; voltando a palavra o senhor Walter perguntou de onde foi remanejado aquele Recurso para fazer aquela suplementação do contrato; a Secretária disse que, na realidade, aquele Recurso tinha uma parte de Recurso vinculado, deu um exemplo, das UTIs que foram cadastradas no ano passado e acabaram recebendo o valor nesse ano e que a maior parte daquele Recurso foi do Tesouro mas, foi por conta do superávit financeiro do balanço de dois mil e vinte, do resultado positivo de dois mil e vinte e colocaram a dotação para repassar para Saúde; o senhor Walter perguntou se até o momento, não fizeram nenhum remanejamento as Secretarias para fazer aquela suplementação; ela disse que não, por enquanto, não usaram dotações de outras Secretarias para encaminhar para a Saúde e a questão, também, da Assistência Social que aumentou bastante por conta da cesta básica, da ajuda para a população; ele perguntou a Secretária se ela teria em porcentagem e qual era aquele aumento e se ela saberia dizer, em porcentagem quando seria o aumento que demandava da Assistência, aproximadamente; ela disse que tiveram, praticamente, até dezembro tinha dobrado o que começaram em dois mil e vinte, tinha dobrado a quantidade de benefícios eventuais e a quantidade na separação dos aluguéis que tinha mais de oitenta por cento que tinha aumentado, porque as pessoas estavam sem empregos; voltando a palavra o senhor Walter disse então que eram os dois setores que mais sofreram impacto que foram a Assistência Social e a Saúde; a Secretária confirmou dizendo que era a Assistência Social e a Saúde; naquele momento o senhor Francisco de Souza Campos disse que a Assistência Social era o oitavo gasto em fundo de Secretaria; voltando a palavra o senhor Walter perguntou qual era o Orçamento da Secretaria de Mobilidade Urbana para esse ano e disse que iria seguir a sequência das perguntas; quais eram as Despesas mensais daquela Secretaria e quais os Recursos para investimento disponíveis para a Secretaria de Mobilidade Urbana; com a palavra a senhora Secretária disse que, específico da Mobilidade Urbana, como o Secretário veio falar com ela porque a Câmara os chamariam, ela fez um levantamento desde dois mil e dezenove e que o valor orçado de dois mil e dezenove era de oito milhões e sessenta e seis mil, o valor gasto de dois mil e dezenove na Secretaria de Mobilidade foi de quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, em dois mil e dezenove; arrecadação de multa de trânsito foi de dois milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, de dois mil e dezenove; Despesas em dois mil e vinte com a Secretaria de Mobilidade, seis milhões, novecentos e setenta e nove mil; arrecadação de multa de trânsito, setecentos e sessenta e três mil; dois mil e vinte e um tinha um Orçamento de oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil e, até o momento, foi liquidado dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, só o que arrecadou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



de multa de trânsito, cento e trinta e cinco mil; com a palavra a Vereadora Ana Paula perguntando se já estava disponível para a Secretaria de Mobilidade Urbana aquele valor; a Secretária disse que, na realidade, o valor arrecadado de multa de trânsito não deu, porque se tiveram dois milhões e cinquenta e cinco de Despesa e arrecadou cento e trinta e cinco mil, teve que colocar a diferença de Recurso do Tesouro; pediu a palavra o senhor Walter se desculpendo se ele estava sendo incisivo na questão e disse que tiveram um cenário na Secretaria de Mobilidade Urbana, de oito milhões disponíveis no ano de dois mil e dezenove e só foi gasto quatro milhões, daí ele perguntou se era aquilo que ele tinha entendido; a Secretária disse isso, ela não sabia, ela pegou o relatório para ver o que tinha de Recursos vinculados; com a palavra o senhor Francisco dizendo ao Walter que o liquidado de Mobilidade Urbana de dois milhões, cento e cinquenta mil, dividido por quatro, era quinhentos e trinta e oito mil reais por mês, liquidado; o Sr. José Alaercio disse que dava vinte e cinco por cento do previsto; voltando a palavra o senhor Walter disse que tinham setenta e cinco por cento até o final do ano e, que estavam praticamente no meio do ano e disse, com todo respeito, a equação não fechava; com a palavra o senhor Francisco perguntando qual era o valor orçado para a Mobilidade Urbana e foi dito oito milhões; voltando a palavra o Vereador Walter disse que a equação não fechava porque tiveram cinquenta por cento do disponível no passado e não foi utilizado, talvez remanejado; a Secretária disse que era o valor total e que tinha verbas de convênios, também; disse ainda que naquele ano tinham oito milhões e seiscentos, se ele não tivesse enganado no número, e naquele momento, liquidaram dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil e que houve uma queda na arrecadação de multas, naquele primeiro quadrimestre mas, ainda assim a Secretaria tinha um Orçamento suficiente, bem suficiente para conduzir os próximos seis meses, com certeza; daí ele disse que iria reforçar a última pergunta e questionou quanto tinha disponível para investimentos e não Despesas Correntes, com funcionários e folha de pagamento, e quantos tinham disponível em fichas para investimentos na Secretaria de Mobilidade Urbana até o final do ano, até o momento; com a palavra a Secretária dizendo que tinham algumas obras vinculadas a ele, deu um exemplo, a construção do terminal rodoviário foi deixado um milhão, tinha a parte do FINISA, ciclovia que era de duzentos mil, a passarela, mas eram todos vinculados e, também, tinha a questão do convênios a movimentação da segurança viária que tinha mais quatrocentos e quarenta e cinco mil e tinha parte do subsídio que ficava dentro da Secretaria de Mobilidade e que tinha do Orçamento de Despesa Correntes que era cinco milhões, duzentos e sessenta e nove mil, foi liquidado setecentos e sessenta e dois mil com um saldo de dotação de três milhões, oitocentos e vinte mil; depois tinha Despesa com Pessoal, tinham todas as Despesas; com a palavra o Vereador Erivelton, ressaltando a palavra do Vereador Walter perguntou qual era a maior Despesa, no hoje, daquela Secretaria, com o que mais gastava lá e que, visivelmente...a Secretária disse que era com o subsídio do transporte; com a palavra o senhor Walter perguntando quantos por



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cento ao mês dava aquilo da Despesa que tinha na Secretaria e quantos por cento eram empregados no subsídio do transporte, aproximadamente; a Secretária de Finanças disse que até o mês quatro, liquidou um milhão, trezentos e noventa e dois mil, um milhão e quatrocentos, até o mês quatro do total de dois milhões, cento e cinquenta e cinco, então ele tinha um peso bem alto; voltando a palavra o senhor Walter dizendo que seria mais de cinquenta por cento, se ele não estivesse enganado, seria mais de cinquenta por cento; com a palavra o Vereador José Muniz perguntando se o subsídio estava no Orçamento da Secretaria; a Secretária disse que sim, estava no orçamento da Secretaria e que tinha três milhões e quinhentos mil, uma dotação prevista de subsídio e, até o momento, foi um milhão e quatrocentos mil, um milhão, trezentos e noventa e dois, só de subsídio; com a palavra o Vereador Erivelton dizendo que teria cinco milhões, praticamente, no ano para poder fazer demais investimentos, enfim; com a palavra o Vereador José Alaercio de Toledo Lima Junior dizendo que ele já tinha gasto desvinculados, quer dizer; voltando a palavra a Secretária disse que tinha, o total dos cinco milhões, os três milhões, duzentos e catorze eram desvinculados e foi liquidado setecentos e cinquenta e sete mil; com a palavra o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que, teoricamente, tinham três milhões disponíveis para investimento nesse ano de dois mil e vinte e um, a Secretária disse que sim, mas tinha coisa vinculada como o FINISA, a ciclovia, passarela; com a palavra o Vereador José Muniz dizendo com relação ao FINISA, que ficaram sabendo que a iluminação foi tirada do FINISA e perguntou se aquilo procedia ou não e como estava aquilo porque nos quinze milhões estavam inclusos a ciclovia, a passarela e a iluminação e, pelo que ele ficou sabendo foi tirada, naquele momento o senhor Walter Tozzi disse que a Estação de água também estava no FINISA; voltando a fala o Vereador gostaria de saber se aquilo era verídico, se procedia que foi tirada a iluminação, onde seria investido aquele dinheiro e outra, a maior reclamação lá era do trânsito, infelizmente; ele disse que estava com um projeto lá e que iria discutir na próxima reunião do dia dois, que a Secretaria passou para eles o projeto, de três milhões e meio para deixar o trânsito fluindo, andando e mexendo nos balões e nas rotatórias principais, então tinha dinheiro em caixa, daí o Vereador Walter disse que só faltava quinhentos mil, porque três milhões já tinha; voltando a fala o Vereador José Muniz disse que era exatamente, e que não sabia o que estava acontecendo; com a palavra a senhora Secretária dizendo que os três milhões e quinhentos mil era para pagar o subsídio e que o subsídio do transporte coletivo era aquela gratuidade para as pessoas acima de sessenta anos; voltando a palavra o Vereador José Muniz disse a Secretária que estavam numa pandemia e estavam falando de subsídio?, pelo que ele estava sabendo nem a cidade que era do Prefeito atual que era do Chedid, nem eles estavam pagando, agora estavam deixando pessoas morrerem no trânsito e pagar subsídio e disse que aquilo não existia; com a palavra a Secretária dizendo ao Vereador que existia uma lei daí o Vereador disse que existia uma lei mas, tinha que colocar o trânsito para rodar, quando iam conversar não tinha



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



dinheiro, iriam falar, não tinha dinheiro; naquele momento o Vereador Walter disse ao Vereador José Muniz que estava sobrando três milhões, ela falou que estava sobrando três milhões para investimentos, daí o Vereador José Muniz disse cadê?; a Secretária disse que, os três milhões que tinham de investimos, ela iria explicar direito e disse que tinha a construção do Terminal Rodoviário, FINISA, ciclovia e passarela, então, tinha Recurso também, de empréstimo dentro da Secretaria dele, não era que estava disponível, não, ele tinha Recurso; com a palavra o Presidente da Comissão que pediu a gentileza para ficar claro para todos os Vereadores lá presentes e, inclusive, para o cidadão que era o principal preocupado com aquilo e perguntou quanto tinha, se pudesse falar em uma linguagem mais popular, quanto tinha de Recurso livre, o dinheiro que estava livre, deu um exemplo, no ano tinha o valor "x" para fazer os investimentos e foi dito desvinculado; daí a Secretária disse que não tinha muito investimento livre na Secretaria de Mobilidade mesmo porque e por conta, deu um exemplo, quando o Waltinho fez uma pergunta de qual Secretaria ele tirou para fazer aditamento da Saúde, ela disse que não tirou nenhuma, ainda, agora iriam ter outro aditamento então, era possível que precisasse tirar de alguma Secretaria; o senhor Walter disse, com certeza; naquele momento o senhor Silvio Luiz Telles de Menezes disse que se já não tinha, não tinha como tirar; a Secretária disse que, a Secretaria dele pelo que ela estava vendo teria e o que aconteceu?, naquele primeiro momento, como a arrecadação estava pequena, realmente, não foi liberado Recursos para as demais Secretarias gastarem, dizendo assim, a vontade, agora o que ela instruiu ele era para deixar todas as datas prontas porque, conforme iria o andamento e a arrecadação vai aumentando e viam o movimento e vai diminuindo a CODVID ela liberaria, inclusive ele falou que daria entrada em todas as atas, ela disse que não tinha nada da Secretaria de Mobilidade parada na Secretaria dela, de um exemplo, não tinha nenhum pedido do Secretário parado na Secretaria dela; com a palavra o Vereador Francisco de Souza Campos dizendo que queria fazer uma consideração e falando naquele mesmo ponto, de Mobilidade Urbana, ele fez uma conta que tinham orçado setecentos e trinta mil por mês, ele fez uma conta e dividiu por doze, setecentos e trinta para ficar um pouco mais didático, daí a Secretária disse que não dava para fazer aquela conta dos Recursos vinculados; voltando a fala o Vereador Francisco disse que realizou quinhentos e quarenta mil e que estava sobrando cento e noventa mil, aproximadamente, por mês que estava abaixo do Orçamento, estava abaixo do orçado, quatro mil se fizesse, vezes quatro, setecentos mil reais, setecentos e sessenta e quatro mil reais; ele queria fazer ainda outra linha de raciocínio e disse que tinham um resultado, por enquanto, considerando as Receitas da Prefeitura menos as Despesas de dezenove milhões; a Secretária disse positivo, e que os dezenove milhões e que sete milhões e meio estava reservado para que conseguissem comprar vacina e que agora teria um aditamento com o hospital e sabiam que a arrecadação maior se concentrava, realmente, no primeiro quadrimestre e se desenvolvia bem diferente nos últimos dois

[Handwritten signature]
SSC



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quadrimestres do exercício, então aquele que tinham sobrando, não era bem sobrando, ele tinha que aguentar todas as Despesas até o final do ano, agora, deu um exemplo, ela não sabia dizer quanto a Secretaria de Mobilidade daquele três milhões e quinhentos mil, ele era de Recurso do Tesouro, que era para subsídio, ela não sabia dizer quanto que a Secretaria de Mobilidade iria utilizar daquele Recurso, ela não sabia dizer, era a questão do Secretário; com a palavra o senhor Walter dizendo que aquilo era uma variável, conforme a utilização tinha uma variável, a Secretária disse que, sim, era uma variável e na hora que liberasse, deu um exemplo, ainda era baixo, a Receita, no momento, o valor chegava no exercício e, na hora que liberar, de repente, que o pessoal iria andar mais de ônibus, achava que aquilo iria aumentar; voltando a palavra o senhor Walter disse que iria acrescentar uma observação nas colocações e perguntou qual a possibilidade de até o final do ano, suplementar os Recursos da Secretaria de Mobilidade Urbana, em três milhões e meio, para investimentos na questão viária do Município?, existia aquela possibilidade, no hoje, ou era remota diante do cenário que estavam vivendo?, com a palavra a Secretária dizendo que aquela possibilidade, no hoje, era remota porque não sabia que o iria acontecer com a COVID, por exemplo, imaginavam que ele iria diminuir e, parece que ele aumentou um pouco naqueles dias, no Dia das Mães o pessoal acabou saindo, então ela precisava, realmente, ir definindo o cenário conforme o andamento da pandemia; o que ela instruiu o Secretário era para deixar todas as atas prontas e para ele fazer todas as licitações porque, conforme o andamento, a ata não era uma coisa que se fazia tão rápido, deixava todas as licitações abertas, prontas e, conforme iria sobrando Recurso iria utilizando; com a palavra a Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz perguntando para a Secretária quanto tinha liberado, no hoje, na Secretaria para fazer um trabalho de urgência, lombada, fechamento de rua, quanto tem liberado?; com a palavra a senhora Secretária dizendo que não tinha um valor fixo, conforme iria solicitando e surgindo a urgência, iria liberando, de um exemplo, ela não imaginava nem a Secretaria de Saúde que teriam pandemia naquele ano e estavam, então ela falou assim, tudo que vinha e ele veio dizendo que precisava da defesa e ela liberou e disse que tinha trinta mil mas, não gastou tudo na defesa, daí ele pegou e fez a defesa e fez o restante de placa porque precisava de placa, então, conforme as solicitações, conforme o andamento e, conforme a procura foi por isso que ela falou que não tinha nada parado e, conforme a urgência iriam liberando; a senhora Elisanita disse que ela não liberou mesmo até fevereiro, ela acabou de mostrar a questão do ICMS e se apavoraram sobre o que fariam com o ICMS menor do que o do ano passado, em março melhorou tiveram de fazer outro aditamento para o Hospital, era uma coisa incerta o que iria acontecer; a Sra. Ana Paula disse que onde ela pediu lombada, que morreram três pessoas, não tinha dinheiro para fazer lombada, e que ele falou que foi várias vezes pedir dinheiro para a Secretária e que não tinha dinheiro; a senhora Secretária disse que não tinha nada daquilo de pedido de lombada parado, não, e que a última solicitação dele foi a questão da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



defensa que tinha acontecido o acidente e ela liberou a defesa que ficaria em trinta mil, e que ficou quinze mil e já tinha liberado o recurso, daí ele fez em placa, mas ela não conseguia dizer na Secretaria se era melhor a placa ou a lombada, ela não sabia dizer; a senhora Ana Paula disse que eles pediram aquilo em fevereiro e ele passou para eles que não daria para fazer porque a Secretária falava que não tinha dinheiro em caixa, e a senhora Secretária disse que em fevereiro ela falava que não tinha mesmo por causa do ICMS; a senhora Ana Paula disse que ela cobrou em março, cobrou em abril e ele falava que não tinha dinheiro em caixa e ela achava impossível aquilo com a arrecadação que tinham; a senhora Secretária disse que em fevereiro ela não liberava porque não sabiam o que iria acontecer; a senhora Ana Paula disse que aconteceu outra morte e no mesmo lugar que ela estava cobrando, na semana passada e que já tinham acontecido duas anteriores, porque não tinha dinheiro em caixa; a senhora Secretária Elisanita disse que na realizada quando ela solicitava em qualquer Secretaria, ela solicitava em valores, por exemplo, solicitou trinta mil ela liberou trinta mil, a defesa ficou mais barata, ela não ia saber se era mais importante fazer as placas ou fazer a lombada, cada Secretário era responsável por sua Secretaria, ela liberava o recurso e ele saberia onde iria investir; o senhor Francisco disse que estava orçado setecentos e trinta mil por mês e ele estava gastando quinhentos e quarenta; a senhora Secretaria disse que tinha o recurso vinculado, por exemplo, um era específico para ciclovia, outro específico para passarela, então não dava para fazer aquela conta, e também tinha a despesa dele de pessoal; a senhora Ana Paula disse que não estavam mais trabalhando na ciclovia, o senhor Francisco disse que era por causa do contrato; a senhora Secretária disse que foi aprovada até uma lei do recurso e independente da ciclovia estar parada aquele recurso estava destinado e ele estava previsto no Orçamento e ele tinha a despesa; em seguida; o senhor Wilian Barbosa do Morrinho que depois de cumprimentar todos disse que a senhora Secretária falou com relação ao transporte para maiores de sessenta anos e ele perguntou se seriam todos os transportes, se seria subsidiado no geral em Jaguariúna; a senhora Secretária disse que metade, cinquenta por cento pagava também; o senhor Wilian perguntou se a Secretaria de Mobilidade Urbana suportava integral, a senhora Secretária disse que cinquenta por cento; o senhor Wilian perguntou se não só para os maiores de sessenta anos, ela disse que era aquilo mesmo; o senhor Wilian perguntou se a questão do transporte para os servidores também era para aquela Secretaria, a senhora Secretaria disse que não e que era do Valdir, do Governo; o senhor Wilian disse que a vereadora Ana Paula falou da questão das lombadas e ele achava que para fazer lombadas precisava ter uma previa licitação, não tinha uma equipe da prefeitura que fizesse, não dava para fazer uma lombada do nada; a senhora Secretária disse que ela instruiu o Secretário para abrir todas as atas necessárias; o senhor Wilian disse que na Casa toda semana tinham indicações porque as pessoas achavam que tinham de ter as lombadas por segurança; e ele achava que o Secretário não tinha como



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



atender nenhuma, se não tivesse uma empresa que fosse fazer a licitação; a senhora Secretária disse que era exatamente daquela forma; em seguida, o senhor José Muniz perguntou onde entrava o recurso dos quinze milhões que foi feito o empréstimo, o que seria feito com aquele recurso, onde iria ser colocado aquele recurso, porque estava toda parada a obra lá e aquele dinheiro foi votado naquela Casa para fazer a ETA, a iluminação, a passarela e a ciclovia, e aquilo não entrava no recurso do Município, era despesa que não poderia entrar na prefeitura, era empréstimo; perguntou sobre iluminação e que iriam tirar daqueles quinze milhões e iam jogar para PPP, perguntou se aquilo era verdade, onde seria aplicado aquele dinheiro da iluminação e para onde iria aquela iluminação naquele momento; a senhora Secretária disse que o recurso do FINISA estava na tela que chegou até aquele momento, cinco milhões cento e quarenta e um mil, e que cento e quarenta e um mil foi liberado no ano passado e cinco milhões no ano corrente; a ETA já tinha começado e tinha ficado três milhões e pouco, a parte da iluminação o Valdir poderia explicar melhor; o senhor José Muniz perguntou se ela saberia dizer qual era o valor da iluminação e ela disse que não se lembrava qual era o valor e aquele valor que estaria sobrando iria ter mais despesas na parte de saneamento, e nada o Município poderia fazer sem encaminhar para a Câmara então seria encaminhado para a Câmara uma nova lei para modificar aquele valor da iluminação, e seria investido um montante a mais na parte do saneamento, e nada seria feito sem o aval dos vereadores; o senhor José Muniz disse que ele não concordava com aquilo lá porque eles fizeram um empréstimo lá sob muita briga, para fazer especificamente o que era necessário na época que era a iluminação, a ciclovia e a passarela, e se eles votaram sob uma discussão tremenda, porque não faziam, não realizavam?, e tinha um prazo para aquilo ser feito e até aquele momento nada, a obra estava parada e ele não concordava com aquilo, porque tinha de ter feito, e eles tinham de fazer lá o que prometeram para a população e tinham de cumprir, mas chegar com aquelas conversas de que iriam mudar, acrescentar coisas, ele não concordava com aquilo; disse que várias Secretarias estavam paradas e que não estavam tendo nada, apenas despesas com funcionários, e ele não sabia qual era o valor mensal das Secretaria e gostaria que ela os informasse daquilo, onde estava aquele dinheiro, se estava guardado, parado, porque ele achou que estavam fazendo um repasse para o hospital de oito milhões; a senhora Secretária disse que repassaram para o hospital mais cinco milhões e duzentos e cinquenta mil e daquele valor quatrocentos mil era do governo federal; o senhor José Muniz disse que ele tinha quase certeza de que estavam repassando oito milhões mensais devido a COVID e viu que não era; ela disse que vinte e oito milhões, novecentos e vinte e oito mil foram repassados para o hospital naquele primeiro quadrimestre, então se dividissem aquele valor daria sete milhões; cinco duzentos e poucos por mês; a senhora Secretária disse que a lei do FINISA ela achava que o Valdir tinha mais propriedade para falar e ela não sabia se ele queria falar naquele momento ou quando encaminhassem para a Câmara ele falaria, mas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ela sabia que era ciclovía, passarela e a parte de saneamento não iria parar e que era só a parte de iluminação que iria mexer alguma coisa (naquele momento houve falas do senhor Valdir que estava na assembleia, fora do microfone, portanto, sem nenhuma condição de ser transcrita); o senhor presidente, Erivelton Marcos Proêncio disse, naquele momento, que ele achava que o que o Zé estava tentando saber lá e que realmente merecia clareza, qual era o valor daquele empréstimo que seria investido na iluminação e não iria ser mais; a senhora Secretária perguntou para o senhor Valdir se ele se lembrava, e novamente, o senhor Valdir fez uso da palavra fora do microfone, totalmente sem condições de transcrição; a senhora Secretaria perguntou se seria em torno de quatro milhões mais ou menos; então o senhor presidente disse que iriam solicitar como vereadores, via requerimento, para que pudesse ser enviado para aquela Casa, a informação; a senhora Secretária disse que estaria chegando naquela semana, o senhor presidente disse que mesmo chegando a lei era importante para eles saberem; o senhor José Muniz usou a palavra dizendo que ele achava que antes de chegar a lei para aquela Casa, eles deveriam retomar as obras no Florianópolis, porque era um empréstimo que foi feito e ele sabia que a firma que ganhou lá teve problemas, como o vereador Romilson falou teve problemas, e se concluiu um empréstimo, a licitação estava toda pronta, então porque não foram realizadas as obras, e ele achava que antes de pensar em modificar alguma coisa, eles tinham de dar uma resposta para a população e que quinze milhões era um dinheiro que deveriam dar explicação daquilo, onde estava aquele dinheiro, como estava parado aquilo e ver se conseguiam retomar a obra lá que estava tudo parado, ou fazer uma limpeza lá que o mato estava todo em volta lá, e eles estavam falando de dinheiro público, não poderiam aceitar aquelas mudanças sem comunicarem com eles, sem falarem o que estava acontecendo; o senhor Silvio Luiz Telles de Menezes disse que uma obra parada, depois que parou, muita coisa se perdia do que já tinha sido feito; o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior disse, naquele momento que ele enviou um requerimento solicitando informações sobre aquilo tudo mas, pediram mais trinta dias para responder, foi a resposta do Valdir; naquele momento o senhor presidente havia convidado o senhor Valdir Antonio Parisi para ocupar uma cadeira no plenário; em seguida, o senhor Valdir Antonio Parisi fez uso da palavra dizendo que estavam paradas as obras não era por conta da prefeitura ms era a empresa achou que não dava para continuar, porque os preços subiram e encerrou o prazo, e acabou, não tinha como tocar, então tinham de fazer nova licitação, tanto da passarela; o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior perguntou quanto a empresa tinha recebido e o senhor Valdir disse que ela já havia recebido e o que ela recebeu tinha feito, estava certinho, não deviam nada para a empresa, só que ela, só que ela achou que não dava para tocar mais a obra; o senhor José Alaercio perguntou se não tinha um contrato com a empresa, o senhor Valdir disse que sim, tinha um contrato e que ele achava que ela não poderia mais pegar obras na cidade; a senhora Secretária disse que ela iria sofrer sanções;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



o senhor Valdir disse que ela seria penalizada e que a prefeitura ficou em cima, fez o que pode só que ela foi enrolando, enrolando, enrolando e não tocou, deixou vencer os prazos, então não sairia fora nada do que foi acordado, do que estava na lei, seria a passarela, a ciclovia, a iluminação, e estavam fazendo licitação do que faltou da passarela, da ciclovia; disse que a obra o esporte que era da avenida também não terminou, estava com oitenta por cento, teria de novamente licitar, porque faltava lá as lombosfaixas e tinham duas de catorze e faltavam doze, e ela alegava que o pessoal pegou COVID, o preço subiu, aquela era a justificativa dele e na questão da iluminação era uma burocracia imensa, a CPFL mandava o projeto, voltava o projeto, não estava de acordo, sempre tinha alguma coisinha que tinha de retomar o projeto, modificar, então; a senhora Ana Paula perguntou se era desde o ano passado, o senhor Valdir disse que sim, desde o ano passado; o senhor José Alaercio pediu desculpas ao Valdir, disse parecer agressivo mas, era por incapacidade técnica não conseguir ser aprovado um projeto da CPFL era incapacidade deles, e quando foi feito um empréstimo que passou por aquela Casa, aquilo já tinha sido analisado; o senhor Afonso fez uso da palavra dizendo que tinha uma dúvida que quando ele falava que parou a impressão que dava, falando dos quinze milhões, a impressão que dava era que tinha parado de chegar verba referente aquele empréstimo, era aquilo que o pessoal estava colocando na cidade, e quando falava que acabou, tinham de fazer a relação da verba que apesar de estar parado, estaria garantido para a finalização da obra; a senhora Secretária disse o dinheiro estava garantido; o senhor José Alaercio perguntou se o valor se manteria, se não precisaria de mais dinheiro para completar; o senhor Wilian Barbosa do Morrinho perguntou se a empresa nova não iria cobrar mais, se não seria maior o valor de uma nova licitação; a senhora Secretária disse que na realidade a empresa abandonou mas eles não sabiam os valores do material de construção; por exemplo se a empresa abandonou a ciclovia, a que chegasse não iria ser pelo mesmo valor; ela não conseguiu e preferiu sofrer as sanções e pagar as multas; o senhor José Alaercio disse que poderiam imaginar que aquele valor que seria gasto em iluminação seria usado para outras obras e a iluminação ficaria para a PPP; disse que aquilo a Câmara teria de explicar porque foi uma lei votada lá; o senhor presidente disse que foram observações importantes em relação àquela questão e ele iria aproveitar que o Secretário de Governo estava lá e que tinham apontamentos da CGU relativos à transparência na maneira como eram passadas as informações das obras públicas, ele achava ser fundamental para não gerar aquelas confusões que estavam presenciando lá, que não sabiam se o dinheiro chegou, se não chegou, qual era o cronograma da obra, o que cumpriu, o que não cumpriu; disse que ficava registrado lá o apontamento dele em relação àquilo e que precisava de maior transparência naquilo e aquilo não era só ele que estava dizendo, além da população que constantemente questionava aquilo, a própria CGU estava apontando aquilo no relatório de que aquelas informações deixavam a desejar; disse para a Secretária que ele tinha algumas perguntas

[Handwritten signature]
Jsc



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



dos internautas que ele colocaria lá: verificou que o percentual da folha de pagamento estava em média de trinta e seis por cento e se a Secretária poderia informar se o percentual aumentou ou diminuiu nos últimos anos, solicitou para que ela passasse um panorama daquilo e se seria possível fazer novas contratações; a senhora Secretária disse que em dois mil e vinte fecharam em trinta e oito vírgula trinta e sete por cento, portanto o percentual diminuiu e no atual exercício por força da lei um sete três eles não poderiam fazer novas contratações, somente reposições, não poderiam dar nenhum tipo e vantagem por aquele motivo também não teve reajuste na questão de pessoal; no ano corrente a única coisa que conseguiriam fazer foi na questão da progressão do funcionalismo, que o doutor Fabiano achou uma brecha na lei, senão nem aquilo poderiam fazer no ano corrente, na questão da progressão do funcionalismo e realmente não poderiam aumentar a despesa com pessoal, então, o percentual diminuiu; o senhor Silvio Luiz Telles de Menezes perguntou se concurso público seria possível, a senhora Secretária disse que concurso público para as reposições, por falecimento, inclusive naquele dia tiveram mais uma baixa no funcionalismo, de um vigia, então as reposições poderiam, mas para novas funções não, por exemplo tinha o contador que o Tribunal apontava mas, não poderia fazer o concurso para o contador, não poderia para Auditor Fiscal que também foi apontado pelo Tribunal mas, eram funções novas; Guarda Municipal, Bombeiro, inclusive estava revisto no concurso; o senhor Valdir disse que por conta da lei era concurso no geral; a senhora Secretária disse que como ela falou, o contador precisou tirar, o edital já estava pronto, precisou tirar e ela achava que dentro de trinta dias conseguiriam estar mandando o edital, e que de reposição ela poderia colocar; em seguida, o senhor Wilian Barbosa do Morrinho disse que diante da lei um sete três eles sabiam que não poderia ter o reajuste nem mesmo a reposição da inflação que os olhos dele não seria reajuste nenhum, e sim reposição do servidor que precisaria estar sendo repostado do que ele perdeu no ano de dois mil e vinte com a inflação; mas ele gostaria de saber diante do orçamento que tinha, como ele foi já dada a posição definitiva do Tribunal de Contas, perguntou se havia aquela margem para que eles dessem a reposição dentro daqueles números, sem prejudicar algum projeto, algum andamento de obra; a senhora Secretária disse que na realidade ele tinha previsão orçamentária, o que eles aumentaram foi a questão da hora extra; disse que de dois mil cento e sessenta e oito funcionários, tinham atualmente cento e cinquenta e quatro funcionários afastados, mais de sete por cento do total de funcionalismo afastado, então quando afastava fosse pela COVID ou outra doença, com o pessoal de risco que afastou tiveram um aumento significativo na questão de horas extras, estavam pagando quarenta por cento de insalubridade na Saúde, começaram no ano passado, ele tinha a previsão dentro do orçamento e por aquele motivo não poderiam dar um reajuste e por aquele motivo o prefeito tomou a decisão de estar antecipando a parcela do décimo terceiro, quem recebia

no mês de aniversário mas, de junho a dezembro tomou a decisão de estar antecipando

g

47
[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



para o pessoal porque sabiam que em muitas famílias o único que estava trabalhando era o funcionário público; o senhor presidente disse que tinha mais duas perguntas dos internautas: da parte Cultural, se teria o valor relativo à Secretaria de Cultura e o que seriam aqueles gastos feitos com habitação urbana; a senhora Secretária disse que nem tinha aquela discussão lá e que ela achava que internauta tinha pegado alguma coisa de orçamento mas que não tinha nada lá; o senhor Wilian Barbosa do Morrinho fez uso da palavra dizendo que ele perguntou para algumas pessoas, até foi naquela reunião que tiveram virtual com o Sindicato, tinha a questão vinculada ao servidor público a lei federal que impedia e em Jaguariúna tinha um contrato com a ASAMAS uma OS, uma entidade privada, independentemente da ingerência ou não da prefeitura na ASAMA que eles sabiam que existia, era notório, público, ninguém nem contestava aquilo, até mesmo dentro da própria Administração, eles tinham o Sindicato próprio, uma data base própria e foi falado, reiterado que eles não teriam o reajuste apesar de terem quase cem por cento de custeio, cem por cento de verbas públicas, mas existia uma questão jurídica diferente, eles eram entidade privada, celetistas, não tinham concurso público, não eram considerados servidores públicos, e questionou se haveria garantia de que a prefeitura conseguirá juridicamente de que não havia reajuste também para os servidores do hospital, de acordo com aquela lei um sete três; a senhora Secretária disse que o hospital não eram servidores públicos, apesar de receberem recurso público, ela achava que aquilo era realmente uma questão jurídica, ela não conseguia dar aquela garantia por força de lei e eles não eram servidores públicos; o senhor Wilian disse que naquela reunião que teve com o Sindicato foi dito que não haveria reajuste para o servidor e que não haveria para o funcionário do hospital, porque acabava tendo uma isonomia que aos olhos dele era até descabida, mas gerou aquilo, então se antecipava o décimo terceiro para o servidor, acabava antecipando também para o funcionário da ASAMAS; a senhora Secretária disse que aqueles cinco milhões duzentos e cinquenta seria diluído no segundo semestre; o senhor Wilian disse que não contava no contrato de gestão mas, acabou por isonomia ou por uma questão política mas ele gostaria de saber; a senhora Secretária disse que era muita gente que trabalhava lá também, as vezes era a única pessoa que trabalhava lá da família e dava dó, o pessoal estava trabalhando exaustivamente; o senhor Wilian disse que ele era completamente favorável e que a questão era como ele era favorável e acreditava que todo mundo fosse, até mesmo a prefeitura, com relação àquela lei um sete três que penalizava demais o servidor, ele queria saber se ao menos o do hospital que estava tendo o contato com a COVID, não fosse ter não iria ter o reajuste, porque não eram servidores, então acabava não tendo impedimento, porque o próprio órgão sindical que fosse defendê-los, talvez tivesse um imbróglio jurídico futuro de pedidos daquele dissídio para todos os funcionários de lá; o senhor Secretário Valdir disse que a fonte que mandava o dinheiro para lá era a mesma da prefeitura então não cabia aumento mesmo, não tinha possibilidade nenhuma, mesmo sendo sindicato, e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quem questionou aquilo foi o sindicato dos funcionários públicos, e o jurídico falou que não tinha a possibilidade porque a fonte era a mesma; o senhor Willian disse que teriam de ter a analogia de não ter aumento para a APAE e que o custeio da APAE chegava a noventa por cento de verbas públicas, ele não sabia se ele estava errado e que precisaria pegar o orçamento; o senhor presidente disse que ele achava que aquela era uma questão jurídica e que talvez tivessem de falar com doutor Fabiano que era o responsável por aquele seguimento,; disse que tinha mais uma pergunta: que atualmente na tabela de salário dos servidores, os índices da progressão vertical dez por cento e horizontal cinco por cento e não aplicados de forma correta, segundo o internauta, e o que estava causando distorções no salário dos servidores para mais e para menos e perguntou como no ano corrente os servidores não tiveram o reajuste salarial, porque a Secretaria de Finanças com aquela economia não fazia a harmonização da tabela de salários para corrigir aquelas distorções; a senhora Secretária disse que ela não sabia de distorções e perguntou se o Valdir saberia explicar; o senhor Valdir disse que estavam montando uma comissão envolvendo sindicato, para estarem fazendo um estudo de como estava, porque aquilo na verdade era uma injustiça, servidores sem nenhum critério, então iam ver aquela gestão de carreira par ter um novo critério, então aquela comissão estaria estudando para depois levar aos servidores como iria funcionar; o senhor presidente disse que falando da questão financeira, segundo a pergunta dele era possível fazer harmonização; a senhora Secretária disse que no ano corrente não poderia ser feito nada que dissesse respeito a aumento com pessoal, por aquilo que foi montada a comissão, a idéia era o Estatuto; o senhor Secretário disse de corrigir o artigo do Estatuto depois iria para a Câmara; em seguida, fez uso da palavra o senhor Afonso Lopes da Silva dizendo sobre a questão do transporte que ele achava que não só a questão do transporte mas em todas as áreas ele achava que tinha de ter um norte, ter um plano, uma estratégia e ver do ponto de vista da população, o que era importante naquela questão; disse que teriam uma reunião com o transporte, mas tinham de entender e aprofundar nas prioridades, por exemplo na questão do transito na cidade, do transporte público e tinham de deixar claro, porque as vezes pedia uma lombada ou qualquer coisa nesse sentido, ele estaria fora daquela prioridade, da estratégia geral daquela Secretaria, e ficava difícil atender aquilo, e quando colocava prioridade teria atenção e que toda hora parecendo coisas extras ficava difícil da Secretaria atender; falou que na questão da pandemia, tinha uma lei municipal que em momentos difíceis a prefeitura tinha a obrigação de repassar aquele prejuízo que no caso a empresa estaria tendo, eles faziam o repasse no valor de trezentos mil se ele não se enganava, então no transporte tinha uma consequência que era a pandemia, que a prefeitura bancava aquele momento; a senhora Secretária disse que em janeiro e fevereiro foi feito o reequilíbrio do contrato, e o senhor Afonso disse que ele achava que a maioria da população não sabia daquilo e aquilo era lei e tinha de pagar; o senhor José Muniz, a seguir, pediu a palavra dizendo que faltou a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



resposta da Secretaria que estava parada e que tinha um gasto mensal e que não estava tendo nada lá, qual era o gasto da Secretaria e se aquele dinheiro estava guardado ou não; disse que ele ficava feliz por terem quase vinte milhões em caixa mas ele achava que não adiantava nada; tinham problemas na cidade e precisavam ser resolvido; estavam há um ano e meio quase na pandemia, sabiam o que teriam na pandemia e o gasto na pandemia e precisava ser resolvido, e tinham coisas que não dava para ficar para trás, o dinheiro não era deles, não era porque tinham vinte, trinta milhões em caixa que a população poderia ficar sofrendo, tinham problemas que precisavam ser resolvidos, não adiantava nada guardar dinheiro se o filho estava passando fome em casa; o transito estava uma vergonha e precisava ser melhorado, não adiantava chegar no Secretário para pedir uma lombada e fazer licitação de lombada, aquilo era ridículo e ele passou para eles um projeto de três milhões e oitocentos e se ele tinha três milhões e meio para gastar e iria resolver o problema, tinha de gastar, não tinha como ficar fazendo caixa se o dinheiro não era dele, não era dela, não era da prefeitura, eles estavam lá para governar para a cidade, dar o melhor para a cidade; ele achava que já estava na hora de sair daquilo, falar um pouco da pandemia, jogar tudo na pandemia e começar a investir na cidade e na população, estava faltando e não adiantava nada falar que tinham vinte milhões guardados se não conseguiam gastar dois milhões no transito e estava matando o pessoal, porque estava uma vergonha, daí era uma briga danada de Secretário de Finanças, de Secretário que estava na Pasta de que não tinha dinheiro, ele não concordava, estava na hora de saírem daquela mesmice e mostrar para a população que eles tinham condições de fazer; porque falar quer o dinheiro estava lá não ia adiantar nada; porque eles queriam o dinheiro, porque era deles e tinha de devolver para eles em melhorias, em benfeitorias, em progresso na cidade, em construção, porque eles já sabiam o que seria da pandemia, e eles precisavam agir com rapidez, dar resposta para a população com rapidez, porque eles estavam falando de quatrocentos e dezenove milhões que estavam entrando e que graças a Deus a Receita estava entrando, não caiu nada, só que onde estava indo?, eles tinham de fazer as coisas; a senhora Secretária disse que os vinte milhões positivos que fecharam no quadrimestre, eram três milhões por mês que estavam passando para o hospital, se precisassem passar mais três milhões por mês se fossem cinco meses, naqueles dezenove milhões, tinham nove milhões que receberem a vista de pagamento do IPTU, aquilo já estava previsto no orçamento, e aqueles nove milhões do IPTU não iriam mais receber durante o ano; o senhor José Muniz disse que a Receita não caiu e que não tinha como ela falar de uma coisa que não caiu a Receita e ele concordava com ela se a Receita tivesse caído, mas não caiu; a senhora Secretária disse que ela estava acompanhando todo o previsto dentro do Orçamento; ele disse que concordava mas que a Receita não caiu e que ela estava fazendo o papel de casa, mas ele como vereador não concordava e porque eles iriam guardar?, ele estava vendo obra no balão da UPA de sessenta mil reais e o que era sessenta mil reais?, obras do

5



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



balão da UPA para melhorar o trânsito lá de sessenta mil reais, o Josino falou para ele que não tinha dinheiro e aquilo não existia e era um assunto que tratariam com ele no próximo dia dois, mas não tinha condições aquilo e não adiantava ficar com trinta milhões na conta; a senhora Secretária disse que ela não sabia de trinta mil nem de sessenta mil, então estava na hora de falarem a mesma língua e darem uma resposta para a população, porque não adiantava terem milhões em caixa; a seguir, fez uso da palavra o senhor Francisco de Souza Campos dizendo que ele concordava com o colega Zé e que toda vez era uma desculpa para não fazer as coisas, e estavam vendo que tinha situação financeira favorável e eles estavam sendo cobrados por situações da Mobilidade Urbana e que oitenta mil reais não era coisa tão onerosa; perguntou dos oito milhões e setecentos mil que tinha orçado para a Secretaria de Mobilidade Urbana, quanto era despesa obrigatória?, estavam falando de ciclovias, enfim, da área de Mobilidade Urbana; a senhora Secretária disse que a rodoviária tinha um milhão que estava vinculada a Secretaria de Mobilidade, tinha trezentos mil vinculados da passarela, mais quatrocentos e quarenta e cinco mil e setecentos estava como movimento paulista de segurança diária; falou que muitos dos recursos dentro da Secretaria de Mobilidade estava vinculado a multas de trânsito que não acontecerem e quando ela colocava na Receita dois milhões e novecentos de multas de trânsito ela vinculava aquela Receita nas Despesas que ela poderia gastar, então estava vinculada a multa de trânsito; falou que tinha cem mil de equipamentos para veículos que estava vinculado com as multas de trânsito, e que eles não compraram mas locaram os veículos, dois veículos, uma tipo picape para a Mobilidade e os três milhões e quinhentos, cinquenta por cento das passagens de todo mundo que utilizavam os ônibus, com mais de sessenta anos; disse que fez o equilíbrio de janeiro e fevereiro do contrato da empresa; o senhor presidente que eram quase um milhão foi colocado e um milhão já estava comprometido, segundo o que foi passado lá; a senhora Secretária disse tinha a Despesa de Pessoal; o senhor presidente perguntou quantos por cento da Receita que recebia correspondia a pessoal?; a senhora Secretária disse que a previsão de gasto de Pessoal era um milhão e cem, mais sessenta e quatro mil, mais noventa e sete; o senhor presidente perguntou se daqueles oito milhões, um milhão era com pessoal, e a senhora Secretária disse que um duzentos e cinquenta, um duzentos e sessenta já estavam comprometidos com pessoal para o ano todo; o senhor José Alaercio perguntou se mais um milhão com as obras e que um milhão e meio era com o subsídio; a senhora Secretária disse o do subsídio era recurso próprio e a despesa com pessoal era vinculada no Tesouro e que tinham despesas vinculadas a multas de trânsito que arrecadou e não foi utilizada; o senhor presidente disse que o que todo mundo queria entender era o que sobrava do valor cheio dos oito milhões; a senhora Secretária disse que não sabia daquele detalhamento e que as perguntas sobre Mobilidade ela teria levado outro tipo de relatório, ela entendeu que eles marcaram uma reunião específica dia dois, então, tinham muitas questões que eles poderiam suscitar ia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



dois; o senhor presidente agradeceu a Secretária por ter sido tão solícita e sabiam que na quarta feira teriam a reunião; a senhora Secretária disse que naquele valor tinha valor vinculado a multa de trânsito; o senhor Silvio Luiz Telles de Menezes usou a palavra perguntando qual era a soberania da Secretaria de Finanças para administrar a verba das outras Secretarias utilizando ara um recurso, por exemplo, da Saúde, e se a Secretaria não tinha o direito de ter o que era dela e utilizar o que era dela?; a senhora Secretária disse que na realidade o Orçamento era disponibilizado um valor para cada Secretaria e aconteceu que depois da pandemia o prefeito pediu coerência para todas as Secretarias e que em dois mil e vinte precisou cortar muitas despesas e houve aumento da despesa por conta da COVID e não significava só Saúde mas, também, na Receita Social, significava a despesa do Programa Minha Merenda em Casa, que deram a marmitta para as crianças, significava a compra de todos os insumos, como álcool gel, mascaras para todas as Secretarias então naquele momento de pandemia o prefeito pediu coerência e estudar todas as despesas justamente para não faltar no momento de pandemia porque foi determinado no exercício de dois mil e vinte e um as prioridades; prioridades no Governo era Saúde, Assistência Social e Saneamento Básico; então quando ela fez o Orçamento foram aquelas três vertentes do Governo, a Saúde, Assistência Social e o Saneamento e a Educação já tinha a sua verba destinada mas seriam aquelas as prioridades que o Governo colocou; o senhor Silvio disse que o valor das multas era um valor bem alto que percebeu lá e perguntou se aquele valor era todo encaminhado para a Secretaria de Mobilidade Urbana, todo utilizado lá, a senhora Secretária disse que sim; o senhor Silvio questionou se existia a possibilidade de fazer um projeto de lei para encaminhar porcentagem daquele valor para a Secretaria de Segurança Pública? E disse que em algumas cidades já viu que eles tiravam uma porcentagem e encaminhavam para a Segurança Pública e que atualmente eles tinham uma Guarda Municipal que o fardamento era ruim, a munição estava vencida, armamentos que não funcionavam, armas não letais que não existiam, enfim a motivação do Guarda para ele sair fazer o trabalho dele era muito pequena, então ela poderia ter a certeza de que as multas iriam cair mais ainda, muito mais, porque deixava de fazer; a senhora Secretária disse que a destinação da multa de trânsito era vinculado, determinado pelo artigo trezentos e vinte do Código de Trânsito e ela não poderia fugir daquelas despesas; o senhor Silvio perguntou se ele poderia fazer um projeto de lei para encaminhamento, ela disse que não porque a lei era federal e ela tinha a sua destinação certa; o senhor Silvio perguntou se o prefeito poderia fazer; a ela disse que não porque a lei era federal e tinham de seguir; disse que na questão do armamento foi liberado um recurso, as armas não letais iriam ser compradas, a questão do fardamento ela não saberia dizer; e o dinheiro da multa ficava na Secretaria de Mobilidade e que no ano corrente arrecadou cento e trinta mil e no ano passado arrecadou setecentos; o senhor Silvio perguntou se o Guarda trabalhava como agente de trânsito, o dinheiro da multa não poderia ser investido naquilo?, a senhora Secretária disse que no



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Código Brasileiro de Trânsito, um dos cargos que estava no concurso e que tiraram, que não poderia pagar pessoal, somente se ele fosse concursado como agente de trânsito, e que antigamente podia, fazia uma lei, a Guarda trabalhava no trânsito e podia utilizar aquele dinheiro, mas atualmente não podia mais; o senhor Silvio Luiz disse que então na realidade a Guarda Municipal não tinha obrigação nenhuma de fazer multa?, a senhora Secretária disse que parecia que tinha uma lei que ela iria ajudar o trânsito mas ela não recebia pelo recurso da multa de trânsito e sim pelo recurso do Tesouro, em seguida o senhor presidente disse que achava que aquela pergunta não correspondia a Secretária de Finanças responder, ela tinha de falar a respeito do Orçamento, mas se poderia ou não poderia o dinheiro ir para tal lugar, com todo respeito ao vereador, mas ele achava que quem tinha de responder era a Secretaria de Negócios Jurídicos, e que aquela Secretaria deveria ser questionada a respeito daquela situação; sugeriu para que juntos fizessem uma reunião com o Secretário para sanarem dúvidas naquele sentido (houve conversas paralelas fora do microfone); o senhor presidente disse que concordava e que ela respondeu mas, ele achava que era uma questão jurídica e não de Orçamento e de maneira nenhuma ele estava querendo tolir a liberdade dele perguntar mas ele só não queria deixar fugir da pauta; (o senhor José Muniz naquele momento fez uso da palavra fora do microfone, sem condições de ouvir sua fala); a senhora Secretária disse que eram cinquenta e cinco milhões da JaguarPrev; o senhor Francisco de Souza Campos, usou a palavra dizendo que tinha a Saúde e Educação como os dois maiores gastos e a terceira maior Secretaria com o maior gasto era Negócios Jurídicos e a quarta e catorze milhões seiscentos e cinquenta e nove mil liquidados; Administração e Finanças quase dez milhões; e falava de Segurança Pública, seis milhões e setecentos; Mobilidade Urbana dois milhões e cem, e porque gastava catorze milhões seiscentos e cinquenta e nove mil com Negócios Jurídicos e quase dez milhões com Administração e Finanças?, a senhora Secretária disse que Negócios Jurídicos estava vinculado todos os precatórios, e pagaram todos os precatórios do exercício de dois mil e vinte e um que teriam até trinta e um dezembro para pagar mas como era atualizado e a maior arrecadação receberam no primeiro semestre, já pagaram treze milhões seiscentos e um mil dos catorze milhões do Negócios Jurídicos; na Secretaria de Administração e Finanças pagava todos os demais parcelamentos de todas as dívidas, por aquilo tinha um valor significativo dentro do Orçamento, e todos os valores de parcelamento da JaguarPrev, era todo pago e se verificasse ele tinha uma dotação e multa de juros e uma de amortização da dívida, então poderia verificar no balancete que a maior despesa era de juros e amortização da dívida; a seguir, o senhor presidente disse que diante de tudo o que foi apresentado lá, realmente poderiam ter muito mais tempo para questionarem diversas situações, e como vereadores, como a voz do povo escutaram diversos questionamentos e caso fosse necessário e do consenso de todos, poderiam convocar uma outra reunião para discutirem assuntos relacionados às questões de finanças; agradeceu a Secretária pela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



presença, ao servidor da Casa, a Guarda Municipal, ao Valdir Parisi por responder as perguntas; à Mesa, o Francisco, a Ana Paula e aos demais vereadores que lá se encontravam, o Morrinho, o Silva, o Menezes, o Zé, o Waltinho e o doutro Junior; parabenizou a todos e disse que se lembrava pouquíssimo de outras audiências a participação tão efetiva da maioria deles e aquilo mostrava para o cidadão que estava em casa, o quanto aquela Câmara estava comprometida com ele em fazer a voz dele ser ouvida lá; disse que enfrentavam diversos problemas na cidade, muitas vezes algumas coisas não eram atendidas mas, não era por falta daquela Casa trabalhar e cobrar e quem quisesse ver o trabalho daquela Casa era só conversar um pouquinho com o pessoal que trabalhava lá o tanto de indicações e requerimentos que aquela Gestão fez em pouquíssimo tempo, então vontade de trabalhar tinha de sobra; agradeceu a todos, desejou boa noite e encerrou aquela audiência pública com a benção de Deus. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Vereadora Erivelton Marcos Proêncio

Presidente

Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz

Vice-Presidente

Vereador Francisco de Souza Campos

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 09 de junho de 2021.

Ao Senhor

Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2021, acontecida no dia 25 de maio, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO
Nº de Ordem <u>1.129</u>
Fls. Nº <u>009</u> Livro Nº <u>042</u>
<u>09/06/21</u> <u>Damio</u> Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 9 de junho de 2021

Ofício n.º 283/2021. - PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2021**, realizada aos 25 de maio do corrente, por esta Casa de Leis.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.